



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 31/XI/2.ª SL

Aos treze dias do mês de Outubro de dois mil e dez, pelas dez horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na sala oito do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de presenças, em anexo, com a seguinte ordem do dia:

1. Encontro com a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional de Timor Leste;
2. Distribuição e aprovação da acta n.º 30/XI/2ª SL;
3. Distribuição de iniciativas legislativas:  
PJL n.º 425/XI/2ª (BE) - Segunda Alteração à Lei nº 174/99, de 21 Setembro (Lei do Serviço Militar), consagrando como facultativa a comparência ao dia da Defesa Nacional;
4. Distribuição de iniciativas europeias:  
- COM(2010) 494 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um programa de apoio ao aprofundamento da Política Marítima Integrada  
- COM(2010) 509 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização;
5. Ponto de situação dos Projectos de Resolução pendentes:  
- PJR 27/XI/1.ª (CDS-PP) - Recomenda a transferência da titularidade dos imóveis anexos ao farol de São Jorge para a Região Autónoma da Madeira;  
- PJR 58/XI/1.ª (PCP) - Consagra o Dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento;  
- PJR 212/XI/1.ª (PSD) - Recomenda a desocupação e entrega à Região Autónoma da Madeira do Palácio de São Lourenço e da Fortaleza do Pico de São João e a transferência para o património da Região Autónoma da Madeira dos imóveis anexos ao Farol de São Jorge;  
- PJR 251/XI (PCP) - Recomenda ao Governo que encontre as soluções que viabilizem o processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal;  
- PJR 253/XI (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que elabore uma estratégia de Segurança Nacional;
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente, Deputado José Luís Arnaut (PSD), declarou aberta a reunião e deu as boas-vindas à delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional de Timor Leste. Congratulou-se com a realização deste encontro, proferiu algumas palavras sobre o património comum dos dois países e lembrou a cooperação que tem existido e a presença de forças portuguesas em Timor no âmbito de missões internacionais.

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional de Timor Leste, Deputado Duarte Nunes, que agradeceu a realização da reunião e esclareceu que o principal objectivo da visita é a obtenção de informações junto das Comissões de Negócios Estrangeiros e de Defesa Nacional portuguesas que os ajudem a melhor acompanhar a actividade do respectivo governo e assim contribuir para melhorar as condições de defesa e segurança em Timor.

Referiu que o principal problema, neste momento, no seu país prende-se com a reforma das forças de segurança; a área da defesa causa preocupações e esperam que a cooperação no âmbito da CPLP possa ajudar a melhorias no seu âmbito.

Passou depois a apresentar os restantes membros da delegação: Deputado David Ximens (Fretilin) - Vice-Presidente; Deputado Paulo Martins (CNRT) - Secretário; Deputado Arsénio Bano (Fretilin); e ainda dois elementos do staff - Dr. Bruno Teixeira de Lencastre e Sr. Mário Amaral.

O Senhor Presidente apresentou os membros da Comissão presentes e pediu alguns esclarecimentos sobre a questão dos deslocados e a formação das forças timorenses.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) cumprimentou a delegação timorense, congratulando-se com a estreita cooperação entre os dois países e perguntou qual o número de efectivos militares timorenses no momento.

O Senhor Deputado Marques Júnior (PS) cumprimentou também os representantes da comissão homóloga e começou por recordar a separação, no sistema português, entre segurança interna e externa, sendo as questões que se prendem com a primeira acompanhadas pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Fez algumas considerações sobre a matéria, recordando que já está prevista a possibilidade de colaboração entre forças e serviços de segurança e Forças Armadas, mas a Constituição não permite ir mais longe do que acções muito específicas nela previstas, designadamente no âmbito da protecção civil.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) cumprimentou igualmente a delegação da Comissão timorense e inquiriu sobre o estado actual das relações entre Timor e a Austrália e a Indonésia.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) saudou a comissão timorense e frisou a importância da visita para o reforço das relações entre os dois Parlamentos. Lembrou que há um grande consenso em Portugal no que se refere a Timor,

que constitui, do ponto de vista do seu partido, a excepção à posição de fundo sobre a presença de forças nacionais destacadas no estrangeiro, o que se deve sobretudo ao grande consenso que se sabe existir em Timor no sentido desta presença. Fez votos de continuação de uma relação profícua e útil entre os dois países.

O Senhor Deputado Miguel Coelho (PS), que, para além de membro da Comissão de Defesa, é presidente da delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar da CPLP, começou por cumprimentar a delegação timorense e perguntou em que ponto se encontra a cooperação militar entre Timor e outros Estados da CPLP, frisando a importância da cooperação multilateral.

O Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional de Timor Leste agradeceu os cumprimentos e as questões colocadas e esclareceu que Timor tem neste momento cerca de 1250 efectivos militares, que já foram aprovadas as leis de segurança interna, as quais passam por uma fase de «socialização», para serem aceites pela população e depois implementadas, e que a intervenção das Forças Armadas na segurança só pode processar-se mediante um pedido da polícia nesse sentido e a autorização do Parlamento.

Quanto às relações com a Austrália e a Indonésia, disse que têm sido boas e lembrou o acordo de cooperação bilateral com a Austrália para ajudar a restabelecer a ordem pública. Disse esperar que a partir de 2012 haja condições para terminar a actual missão internacional, podendo depois pensar-se em novas formas de cooperação.

Referiu-se também à questão dos recursos naturais e à importância de o gasoduto passar em Timor, por uma questão de equilíbrio já que o outro passa pela Austrália.

Referindo-se à cooperação entre Portugal e Timor Leste na área da defesa, informou que há muitos assessores portugueses nas instituições timorenses e frisou que a população se sente muito segura com a presença da GNR, sob a bandeira da ONU, aventando a possibilidade de esta cooperação passar a bilateral após 2012.

Deu depois a palavra aos Senhores Deputados Paulo Martins e David Ximens.

O Senhor Deputado Paulo Martins, Secretário da Comissão, referindo-se à questão dos refugiados, disse que a mesma ficou resolvida em 2009. Falou depois sobre a questão da fronteira com a Indonésia e das dificuldades do seu patrulhamento. Por outro lado, no tocante à fronteira marítima, lembrou que a mesma não foi ainda reconhecida pela Austrália. Informou que foi decidido adquirir dois navios construídos na China para fazer face ao problema da falta de controlo no mar timorense, que leva a que muitas embarcações de outros países aí pesquem indevidamente.

Referiu ainda que a polícia tem cerca de 3500 efectivos e que, por enquanto, a cooperação no âmbito da CPLP é apenas com Portugal.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da delegação timorense e sublinhou a solidariedade de todos os partidos representados na AR com o povo de Timor, dando por findo o encontro.

Passou-se então à votação da acta n.º 30/XI/2ª SL, referente à reunião havida no dia 28 de Setembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

De seguida, foi distribuído ao PS o projecto de lei n.º 425/XI/2ª (BE) - *Segunda Alteração à Lei nº 174/99, de 21 Setembro (Lei do Serviço Militar), consagrando como facultativa a comparência ao dia da Defesa Nacional*, tendo sido nomeado para elaborar o parecer o Senhor Deputado Mário Mourão.

Quanto às iniciativas europeias, foram nomeados para elaborar os pareceres sobre as iniciativas abaixo identificadas:

- Senhor Deputado Luís Campos Ferreira (PSD) - *COM (2010) 494 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um programa de apoio ao aprofundamento da Política Marítima Integrada;*
- Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) - *COM (2010) 509 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização.*

Sendo feito o ponto de situação dos projectos de resolução pendentes na Comissão, foi consensualizado proceder ao seu agendamento, assim que a agenda da Comissão o permita.

Passando ao último ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) que fez algumas considerações sobre as forças nacionais destacadas e a evolução das missões ao longo dos anos, propondo que a Comissão fizesse uma audição com o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) sobre esta matéria, com particular incidência nas missões cuja continuidade possa estar em causa, como as do Líbano e da Bósnia-Herzegovina.

O Senhor Presidente concordou com a sugestão, que considerou ir ao encontro do plano de actividades da Comissão.

O Senhor Deputado Marques Júnior (PS) disse não ver inconveniente na proposta, considerando de todo o interesse que seja dada à Assembleia mais informações nesta matéria.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) também manifestou concordância com a sugestão. Recordando que não cabe ao Parlamento tomar decisões nesta matéria, nos termos da lei, frisou que se pode ir um pouco mais longe no debate das razões, vantagens, desvantagens, etc. Referiu, a título de exemplo, não conseguir entender a razão de ser da manutenção da missão no Líbano, admitindo que possa haver informações que a justifica e que a Assembleia desconhece.

Face ao consenso verificado, o Senhor Presidente anunciou que se procederia aos contactos necessários para procurar agendar a audição do CEMGFA no dia 9 de Novembro e do Ministro da Defesa no dia 23 de Novembro. Lembrou ainda que a audição do Ministro da Defesa no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de Orçamento do Estado para 2011 estava agendada para a tarde do dia 8 de Novembro.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) manifestou preocupação pelo atraso de mais de um ano na revisão da Lei de Programação Militar. Sugeriu também que a Comissão acompanhe mais de perto a implementação da reforma da saúde militar, através de uma audição com o grupo de trabalho designado pelo Governo para o efeito.

O Senhor Deputado Marques Júnior (PS) considerou que a questão deveria ser colocada ao Senhor Ministro da Defesa Nacional.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou que a Comissão Representativa dos Sargentos Fuzileiros Graduados em Sargento-Mor o tem questionado muitas vezes sobre a votação em Plenário do projecto de lei n.º 179/XI e que o seu grupo parlamentar iria apresentar uma proposta de alteração no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2011 com aquele conteúdo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente,

(José Luís Arnaut)

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Correia de Jesus  
Eduardo Cabrita  
João Rebelo  
João Soares  
Joaquim Ponte  
José Lello  
José Luís Arnaut  
José Miguel Medeiros  
Marques Júnior  
Miguel Coelho  
Miranda Calha  
Pacheco Pereira  
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho  
Fernando Rosas  
Luís Campos Ferreira  
Mário Mourão  
Raúl de Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Costa  
Luís Montenegro